

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.279 - RS (2019/0010206-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : SUPERBLOCO CONCRETOS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CESAR AUGUSTO DA SILVA PERES - RS036190
LUCIANO BECKER DE SOUZA SOARES - RS045716
WAGNER LUÍS MACHADO - RS084502
PEDRO LEAL PACHECO - RS111346
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE SANTA MARIA - RS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DE VERANOPOLIS - RS
INTERES. : FURLANHOL TRANSPORTES LTDA

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por SUPERBLOCO CONCRETOS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, envolvendo o r. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria/RS, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 1.16.0001018-0), e o Juízo de Direito de Veranópolis/RS, onde tramita a ação indenizatória n.º 078/1.14.0001499-2, ajuizada por Furlanholt Transportes Ltda.

Afirmam as suscitantes que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Aduzem, contudo, que "(...) o juízo singular determinou que o valor penhorado ficasse sob responsabilidade do juízo universal, uma vez que a penhora ocorreu posteriormente ao deferimento da recuperação judicial. Irresignada, a parte autora interpôs agravo de instrumento, tombado sob o n.º 70077522019, contra a decisão, o qual foi parcialmente provido. No caso em tela, restou consignado no acórdão que julgou o agravo de instrumento que o crédito é sujeito à recuperação judicial e que a penhora foi realizada durante o período de blindagem. Muito embora tenham reconhecido isso, os doutos desembargadores determinaram a suspensão de transferência do valor penhorado ao juízo recuperacional, devendo os valores ser mantidos com o juízo singular."

Sustenta a recuperanda, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, mesmo depois de ultrapassado o referido prazo de suspensão, conforme exegese do art. 3º, da Lei nº 11.101/2005, que reputam pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, liminarmente, o sobrestamento da execução com a

consequente designação do Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria/RS, para decidir sobre a destinação dos valores apurados. No mérito, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na Vara Direito de Veranópolis/RS.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe

19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 8/9 (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls. 28/30 (TJ/RS), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado, ensejando-se o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defere-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da ação indenizatória nº 078/1.14.0001499-2, em curso no r. Juízo de Direito de Veranópolis/RS, afetem o patrimônio da suscitante, e **designa-se** o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria/RS para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator